



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
REITORIA

Avenida Prof. Mário Werneck, 2590 - Buritis - Belo Horizonte - MG - Brasil
CEP: 30575-180 | Telefone: (31) 2513-5222

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO TÉCNICO EM GERÊNCIA DE SAÚDE

Belo Horizonte, MG

Março de 2016

Sumário

I.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	3
II.	CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	4
	a) Finalidades do Instituto	4
	b) Concepção do Curso	5
	c) Perfil Profissional de Conclusão	6
	d) Objetivos e Competências	8
III.	ESTRUTURA DO CURSO	9
	a) Perfil do pessoal docente e técnico	9
	b) Requisitos e formas de acesso ao curso	9
	c) Organização curricular	9
	d) Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores	29
	e) Biblioteca, Instalações e Equipamentos	31
	f) Metodologias de ensino	32
	g) Estratégias de integração do ensino e articulação com a sociedade	33
	h) Estratégias de apoio ao discente	34
IV.	PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	34
	a) Avaliação dos discentes	34
	b) Avaliação dos docentes	36
	c) Avaliação do curso	37
	d) Objetos de avaliação do trabalho docente e do curso	37
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
REITORIA

Avenida Prof. Mário Werneck, 2590 - Buritis - Belo Horizonte - MG - Brasil
CEP: 30575-180 | Telefone: (31) 2513-5222

Reitor	Prof. Kléber Gonçalves Glória
Pró-Reitor de Extensão	Prof. Carlos Bernardes Rosa Júnior
Coordenador Geral do PRONATEC	Reinaldo Trindade Proença

I. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Técnico em Gerência de Saúde

Razão Social: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Sigla: IFMG

Atos legais autorizativos:

E-mail de contato: pedagogico.pronatec@ifmg.edu.br

Site da unidade: www.ifmg.edu.br

Eixo tecnológico: Ambiente e Saúde

Titulação: Técnico em Gerência de Saúde

Modalidade: Subsequente ou Concomitante

Número de Vagas: de acordo com a demanda

Turno: de acordo com a demanda

Carga Horária Total: 1200 horas

Prazo previsto para integralização curricular: 6 semestres*

*Observação: O prazo de integralização curricular não poderá ser superior a três anos, variando de acordo com as peculiaridades dos municípios parceiros.

II. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

a) Finalidades do Instituto

Em dezembro de 2008, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892 que instituiu, no Sistema Federal de Ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Com esta lei, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) e Escolas Técnicas Federais vinculadas a universidades (BRASIL, 2008).

Segundo o artigo 6º desta lei, os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Cada Instituto foi organizado com a seguinte estrutura: as unidades foram transformadas em campus e as instituições passaram a contar com uma reitoria. A lei acima citada conferiu a cada Instituto autonomia, nos limites de sua área de atuação territorial, para criar e extinguir cursos e registrar diplomas dos cursos oferecidos, mediante autorização do Conselho Superior.

As novas instituições foram orientadas a ofertar metade de suas vagas para cursos técnicos integrados, para dar ao jovem uma possibilidade de formação profissional já no ensino médio. Na educação superior, a prioridade de oferta foi para os cursos de tecnologia, cursos de licenciatura e cursos de bacharelado e engenharia.

Um dos Institutos criados pela lei acima citada foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG). Sua criação se deu mediante a integração dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica de Ouro Preto e Bambuí, da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista e de duas Unidades de Educação descentralizadas de Formiga e Congonhas que, por força da Lei, passaram de forma automática à condição de campus da nova instituição.

Atualmente, o IFMG está constituído pelos campi: Bambuí, Betim, Congonhas, Formiga, Governador Valadares, Ouro Branco, Ouro Preto, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e São João Evangelista. Campi avançado: Conselheiro Lafaiete, Ipatinga, Itabirito, Piumhi, Ponte Nova, entre outros. A sede da Reitoria do IFMG está localizada na cidade de Belo Horizonte.

b) Concepção do Curso

A sociedade atual demanda uma ciência integrada às novas demandas do mercado: uso das novas tecnologias, novos parâmetros ambientais e novas possibilidades de inserção social, considerando, principalmente, a demanda por ações de responsabilidade social. Nesse sentido, objetiva-se que os diversos cursos oferecidos pela instituição (cursos de formação inicial e continuada, técnicos e superiores) possibilitem uma formação mais ampla, oferecendo aos estudantes o desenvolvimento da criticidade, da responsabilidade social e ambiental, da autonomia para a busca de novos conhecimentos, juntamente com

o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos específicos da área em que se formaram.

Em um contexto como o da sociedade brasileira, de baixa escolarização da população jovem e adulta, a oferta de cursos técnicos de qualidade contribui para a democratização do acesso à educação profissional e tecnológica, além de coadunar-se à necessidade de se elevar os níveis de escolaridade desses segmentos da população.

Dessa forma, a oferta de cursos técnicos cumprirá com os objetivos sociais do IFMG, que consiste em ofertar ensino público, gratuito e de qualidade para os cidadãos brasileiros, contribuindo para a emancipação dos sujeitos por meio de formação técnico-humanística de qualidade.

c) Perfil Profissional de Conclusão

➤ Competências profissionais gerais

As competências profissionais gerais do Técnico em Gerência em Saúde serão aquelas relacionadas ao eixo tecnológico “Ambiente e Saúde”. Assim, espera-se que o egresso seja capaz de:

- Conhecer a organização e o funcionamento do sistema de saúde vigente no país;
- Compreender as políticas públicas de saúde no contexto do trabalho, de forma que elas subsidiem as ações e os serviços de acordo com o conceito ampliado de saúde, os princípios e as diretrizes preconizadas pelo Sistema Único de Saúde – SUS;
- Conhecer legislação e normas técnicas da sua área de atuação;
- Atuar de forma autônoma, inovadora, acompanhando a evolução da profissão;
- Atuar como multiplicador das informações de ações de saúde.

➤ Competências específicas

O Técnico em Gerência de Saúde deve possuir as seguintes competências específicas:

- Participar do planejamento, controle e avaliação da implantação de políticas públicas de saúde;
- Gerenciar serviços e unidades de saúde e seus processos de trabalho;

- Assessorar estudos de custos e viabilidade e desenvolver projetos de gestão em saúde;
 - Participar do tratamento estatístico de indicadores de saúde;
 - Atuar na previsão e provisão do sistema de estoque, compras e distribuição de material;
 - Acompanhar a execução de contratos e serviços de terceiros.
 - Buscar a prevenção da doença, a promoção e qualidade da saúde e preservar a integridade e a individualidade do ser humano, por meio da humanização da assistência e da valorização da autonomia das pessoas na recuperação da saúde;
 - Atuar no planejamento, controle, avaliação e implementação das políticas públicas de saúde de forma responsável;
 - Realizar ações de prevenção de riscos sanitários, promoção, proteção e recuperação da saúde;
 - Desenvolver projetos de gestão em saúde, assessorar estudos de custos e viabilidade;
 - Integrar e interagir como sujeito operante no espaço administrativo dos serviços de saúde, potencializando as mudanças que seguem com a descentralização e as inovações das ações de gerenciamento de saúde;
 - Gerenciar serviços em unidades de saúde e seus processos de trabalho, promovendo a integração das áreas meio e fim dos serviços de saúde;
 - Possuir visão humanística crítica e consistente sobre o impacto de sua atuação profissional na natureza e sociedade;
 - Atuar em equipe multidisciplinar de forma democrática, cooperativa e solidária, e pertinente com as políticas e ações da saúde
 - Adotar medidas preventivas, promocionais, assistenciais e educativas no ambiente da saúde.
- Características do saber
- Ser capaz de trabalhar no planejamento e implantação de políticas de saúde ;
 - Ter capacidade para gerenciar serviços e unidades de saúde e seus processos de trabalho;

- Conhecimento para solucionar os problemas encontrados no exercício profissional;
- Compreender a língua portuguesa e suas técnicas de comunicação oral e escrita;
- Agir com ética profissional, sustentabilidade, flexibilidade, responsabilidade social e domínio do saber-fazer, do saber ser, do saber-saber e do saber-conviver.

d) Objetivos e Competências

➤ Objetivo geral

Formar profissionais de nível técnico que mostrem competência para atuar no mercado de trabalho na área da saúde. Esses profissionais devem agir em consonância com o que é necessário na gestão de saúde atual. Saber utilizar as técnicas para a gestão eficiente na área de Saúde.

➤ Objetivos específicos

- Formar técnicos em gerência de saúde que possam atender às demandas da área de saúde;
- Oferecer capacitação em gestão por meio de estratégias variadas: aplicação de estratégias em sistemas de informação, controles, planejamentos estratégicos e organização de recursos humanos;
- Impulsionar mecanismos e instrumentos de tecnologia em gestão hospitalar e saúde;
- Buscar pelas competências técnicas, preservando o seu equilíbrio entre aspectos teóricos e práticos, favorecendo, também, sua participação em atividades produtivas e significativas do ponto de vista da educação;
- Inserir o aluno em situações reais de trabalho;
- Favorecer a integração do aluno na escola, assim como na comunidade e nos setores de saúde;
- Desenvolver no aluno os valores da ética e da cidadania.

III. ESTRUTURA DO CURSO

a) Perfil do pessoal docente e técnico

A seleção de docentes e técnicos ocorrerá por meio de editais, uma vez que a oferta dos cursos será realizada de acordo com a demanda.

b) Requisitos e formas de acesso ao curso

Para ingressar nos cursos técnicos do PRONATEC na modalidade concomitante, os interessados devem estar regularmente matriculados na segunda ou terceira série dessa etapa de ensino em escola estadual, conforme pactuação realizada com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, parceira do IFMG.

O acesso aos cursos na modalidade subsequente se dará por meio de inscrição realizada pelos demandantes no SISUTEC, em local e período predeterminado pelo MEC e segundo critérios de seleção por ele definidos. De acordo com orientações constantes na lei 12.513/2011, que institui o PRONATEC, serão atendidos preferencialmente estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores - agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda, em especial, nos cursos oferecidos por intermédio da Bolsa-Formação, mulheres responsáveis pela unidade familiar.

c) Organização curricular

MÓDULO I		
Disciplinas	Carga Horária	Número de Aulas Hora aula (60 min.)
Administração e Planejamento em Serviços de Saúde	80 horas	80
Contabilidade em Gerência da Saúde	60 horas	60
Políticas em Saúde Pública	60 horas	60
Total	200 horas	200

MÓDULO II		
Disciplinas	Carga Horária	Número de Aulas Hora aula (60 min.)
Ética e Responsabilidade Social	40 horas	40
Matemática Financeira	80 horas	80

Tecnologias de Gestão em Saúde	80 horas	80
Total	200 horas	200

MÓDULO III		
Disciplinas	Carga Horária	Número de Aulas Hora aula (60 min.)
Administração Hospitalar	80 horas	80
Estatística	40 horas	40
Gestão de Abastecimento e Patrimônio	80 horas	80
Total	200 horas	200

MÓDULO IV		
Disciplinas	Carga Horária	Número de Aulas Hora aula (60 min.)
Gestão de Pessoal	80 horas	80
Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde	40 horas	40
Gestão Financeira e Orçamentária	80 horas	80
Total	200 horas	200


MÓDULO V		
Disciplinas	Carga Horária	Número de Aulas Hora aula (60 min.)
Fundamentos de Vigilância Sanitária	100 horas	100
Gestão de Serviços de Saúde	100 horas	100
Total	200 horas	200


MÓDULO VI		
Disciplinas	Carga Horária	Número de Aulas Hora aula (60 min.)
Gerência de Sistemas de Saúde	40 horas	40
Planejamento Estratégico em Saúde	80 horas	80
Programas de Saúde	80 horas	80
Total	200 horas	200


Total hora aula	Número de Aulas Hora aula (60 min.)
1.200 horas	1.200

➤ Ementas e outras informações sobre as disciplinas

Módulo: I

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Gerência em Saúde	Disciplina: Administração e Planejamento em Serviços de Saúde	
	Módulo: I	
Total de Horas: 80 horas	Aulas Teóricas: 80 horas	Aulas Práticas: -
Ementa do Programa		
<p>Divisão das tarefas. Organização racional do trabalho. Fluxogramas e organogramas. Reconhecimento das necessidades de mercado. Gestão por processos. Processo financeiro. Processo de marketing. Processo de recursos humanos. Processo de armazenagem e logística. Os processos administrativos e o planejamento nas organizações.</p>		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Apresentar ao aluno técnicas e métodos de administração e planejamento em serviços de saúde. ● Empregar princípios da qualidade na prestação de serviços de saúde. ● Entender o funcionamento de uma empresa a partir da divisão detalhada de suas tarefas. ● Criar fluxo de atividades das organizações. ● Organizar as funções da empresa de modo a estruturar as funções em nível operacional, tático e estratégico. ● Mapear e revisar todos os processos administrativos internos da organização. ● Planejar e organizar seu trabalho tendo como ponto de partida a pesquisa do perfil de saúde de sua região, com vistas a atender às necessidades básicas do cliente/comunidade, considerando o ser humano integral. 		
Bibliografia Básica		
<p>CHIAVENATO, I. Administração: Teoria, Processos e Prática. 4ed., Sao Paulo: Makron Books, 2006.</p> <p>RUMMLER, GEARY A. ; BRACHE, ALAN P. – Melhores Desempenhos das Empresas – Ferramentas para a Melhoria da Qualidade e da Competitividade. Editora Makron Books, São Paulo, 1992.</p> <p>KOTLER, Philip. Administração de Marketing: a edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2000.</p> <p>SENGE, PETER – A Quinta Disciplina – Arte e Prática da Organização que Aprende. Editora Best Seller, 1990 e A Quinta Disciplina, Caderno de Campo – Ed. Qualitymark, 1997.</p> <p>SINK, D. SCOTT; TUTTLE, T. - Planejamento e Medição para a Performance. Editora Qualitymark, Rio de Janeiro, 1989.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>OLIVEIRA, D. P. R. de. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. 15ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>GUALDA, Dulce Saúde na família e na comunidade. Robe, 2002.</p> <p>HELLMAN, C.G. Cultura, saúde e doença. Artimed, 2001.</p> <p>RAMOS, Adriana Pereira. Enfermagem e nutrição. EPUB, 2005</p>		

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Gerência em Saúde	Disciplina: Contabilidade em Gerência da Saúde	
	Módulo: I	
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas: 60 horas	Aulas Práticas: -
Ementa do Programa		
<p>Contabilidade: objeto e objetivos. Princípios fundamentais da Contabilidade. Patrimônio (bens, direitos, obrigações). Patrimônio líquido e suas variações. Conceitos e aplicações das principais Demonstrações Financeiras: Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício, demonstração de lucros e prejuízos acumulados e demonstração de fluxo de caixa. Custos diretos, indiretos, fixos e variáveis; separação entre custos e despesas. Plano de Contas em Contabilidade.</p>		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Apresentar ao aluno os principais conceitos e tecnologias da contabilidade aplicada a serviços de saúde. ● Identificar os principais usuários e o atual cenário mundial da contabilidade; ● Definir qual o melhor relatório contábil a utilizar, bem como as características exigidas de cada um; ● Tomar decisões com base no tripé situação financeira – Endividamento – Situação Econômica; ● Conhecer os princípios contábeis na realidade brasileira; ● Optar pelo fluxo de caixa mais adequado à empresa; ● Analisar a situação econômica da empresa com base nas demonstrações contábeis; ● Orientar os ajustes conforme o regime de competência e apuração; ● Conhecer e avaliar o patrimônio de uma entidade e as variações deste patrimônio, evidenciados no balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados e demonstração de fluxo de caixa; ● Conhecer e analisar a captação de dados gerados na entidade, o processamento destes dados até o levantamento dos Relatórios Contábeis. 		
Bibliografia Básica		
<p>MARION, José Carlos. Contabilidade básica. – 7. ed. – São Paulo : Atlas, 2004. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica Fácil. São Paulo: Saraiva, 2003.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>PADOVEZE, Clóvis Luis. Manual de Contabilidade Básica. São Paulo: Atlas, 2004. Informática para a saúde. Disponível em http://www.sbis.org.br/Sánchez Mansolo AA, Martín Diaz O, Iglesias Dios J. Registro electrónico de pacientes. Rev Cubana EducMed 1999;13(1):46-55. VASCONCELLOS, Miguel Murat; MORAES, IlaraHämmerli S. de; CAVALCANTE, Maria Teresa, 2002. Política de Saúde e Potencialidades de Uso das Tecnologias de Informação. Revista Saúde em Debate, n.61, pp. 219-235. VIANNA, A. L. D. & DAL POZ, M. R., 1998. A reforma do sistema de saúde no Brasil e o Programa de Saúde da Família. PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva, 8(2):11-48. MEDINA, M. G. & AQUINO, R., 2002. Avaliando o Programa de Saúde da Família. In: Os sinais vermelhos do PSF (M. F. Sousa., org.), pp.135-151, São Paulo: Hucitec.</p>		

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Gerência em Saúde	Disciplina: Políticas em Saúde Pública	
	Módulo: I	
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas: 60 horas	Aulas Práticas: -
Ementa do Programa		
<p>História da saúde pública no Brasil. Constituição Federal de 1988. Leis orgânicas da saúde: Lei nº 8080 (19 de setembro de 1990) e Lei nº 8142 (28 de dezembro de 1990). SUS: diretrizes, princípios, funcionamento, financiamento, gestão. Portaria nº 399 (22 de fevereiro de 2006): Pacto pela Saúde. Portaria nº 648 (28 de março de 2006): Política Nacional da Atenção Básica. Política Nacional de Promoção à Saúde. Política Nacional de Humanização.</p>		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Apresentar ao aluno as principais políticas de saúde pública. ● Identificar os fatos históricos determinantes das políticas de saúde no Brasil. / Elaborar uma retrospectiva dos principais fatos históricos que interferiram no processo saúde no Brasil; / Listar os principais problemas do Sistema Único de Saúde decorrentes do processo histórico; ● Conhecer os artigos da Constituição Federal de 1988 referentes à saúde e as leis orgânicas da saúde. / Atuar como cidadão e como profissional nas questões de saúde; / Desempenhar papel de educador na população explicando os direitos e deveres das pessoas sobre a saúde; ● Analisar os princípios e diretrizes que definem o SUS. / Atuar como profissional que respeita os princípios e diretrizes do SUS; ● Caracterizar o processo de municipalização com a base no princípio de descentralização. / Efetuar o processo de referência e contra-referência; ● Conhecer a estrutura do SUS identificando as diversas áreas de atuação. / Atuar nos diferentes níveis de assistência; ● Conhecer a portaria do Pacto pela Saúde. / Adotar medidas que facilitem o cumprimento dos objetivos propostos pelo Pacto pela Saúde; ● Reconhecer a política da atenção básica. / Atuar na atenção primária; ● Conhecer a política de promoção à saúde. / Realizar grupos de educação em saúde; ● Identificar a política nacional de humanização. / Realizar grupos de educação em saúde; / Aplicar os conceitos da classificação de risco; / Auxiliar na resolução de problemas referentes à saúde. 		
Bibliografia Básica		
<p>BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, p. 18055, 20 set. 1990. Seção I.</p> <p>BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, v.128, nº 249, p. 25694, 31 dez. 1990. Seção I.</p> <p>BRASIL. Constituição Federal de 1988. Título VIII. Capítulo II. Seção II. Artigos 196 a 200.</p>		

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério Da Saúde. Departamento de apoio a descentralização. Diretrizes Operacionais: Pacto pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão – Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Departamento de Apoio a Descentralização. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 80p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de apoio à descentralização. Política Nacional de Atenção Básica.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização.


BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção à Saúde.


COHN, A.; ELIAS, P. E. Saúde no Brasil: políticas e organização de serviços. 3. ed. São Paulo: Cortez. 2001.


ROSEN, George. Uma história da saúde pública. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1994. 400p.

TEIXEIRA, Sônia Fleury (Org.). Reforma sanitária: em busca da de uma teoria. São Paulo: Cortez, 1989.

Módulo: II


 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Gerência da Saúde	Disciplina: Ética e Responsabilidade Social	
	Módulo: II	
Total de Horas: 40 horas	Aulas Teóricas: 40 horas	Aulas Práticas: -
Ementa do Programa		
<p>Ética e Moral. Ética Geral. Ética Empresarial. Ética Profissional. Responsabilidade Social. A responsabilidade social no contexto de uma visão ecossistêmica da sociedade. Aplicação da responsabilidade social. A gestão da qualidade e os indicadores da responsabilidade social. Políticas de gestão da responsabilidade social. Responsabilidade social fundada na ética.</p>		
Objetivos		
<p>Objetivo Geral: Compreender com mais profundidade os principais conceitos de moral, ética, cidadania e responsabilidade social, decorrentes do exercício profissional. Assimilar noções fundamentais de Ética e da legislação da saúde.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Compreender o significado dos códigos de conduta; ● Buscar elementos de pesquisa para a tomada de decisões administrativas e corporativas; ● Compreender a estrutura da ética e do direito num todo e a sua aplicação ao ramo da saúde; ● Conhecer a importância do código de ética e responsabilidade social das empresas; ● Entender a especificidade da Ética empresarial; ● Examinar as possibilidades e as dificuldades da adesão aos valores; ● Situar historicamente o movimento mundial de responsabilidade social; ● Conhecer políticas de responsabilidade social e ambiental das empresas. 		
Bibliografia Básica		
<p>ASHLEY, Patrícia Almeida; et al. Ética e Responsabilidade Social nos Negócios. 2ed. São Paulo. Saraiva, 2006.</p> <p>LOPES SÁ, Antônio. Ética profissional. São Paulo: Atlas, 2000</p> <p>SOUZA, Andréa Silveira de. (Org). Ética Profissional. Rio Pomba, 2012 (Caderno Didático).</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>INSTITUTO ETHOS, Indicadores Ethos de responsabilidade social. São Paulo: Planeta Terra, 2005.</p> <p>LODI, João Bosco. A ética na empresa familiar. São Paulo: Pioneira, 1994.</p> <p>NASH, Laura. Ética nas empresas. São Paulo: Makron Books, 1993.</p> <p>PASSOS, Elizete, Ética nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>RODRIGUEZ Y RODRIGUEZ, MV. Ética e responsabilidade social nas empresas. São Paulo: Campus, 2005.</p>		

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Gerência da Saúde	Disciplina: Matemática Financeira	
	Módulo: II	
Total de Horas: 80 horas	Aulas Teóricas: 80 horas	Aulas Práticas: -
Ementa do Programa		
<p>Juros simples. Descontos simples. Prazo médio. Taxa média. Prazo comum. Regras de sociedade. Pagamentos antecipados. Juros compostos. Desconto composto. Equivalência de capitais a juros compostos. Capitalização composta. Séries financeiras. Inflação. Sistemas de amortização de empréstimos. Método de avaliação de fluxo de caixa.</p>		
Objetivos		
<p>Objetivo Geral: Desenvolver o raciocínio matemático na utilização racional dos recursos e aplicações financeiras em juros simples e compostos.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Dominar o conhecimento necessário ao equacionamento das variáveis envolvidas nos cálculos dos valores presentes e futuros e dos custos implícitos e explícitos associados às diversas alternativas de investimento ou financiamento disponíveis no sistema financeiro; ● Desenvolver o raciocínio matemático fundamental ao equacionamento da utilização racional dos recursos escassos; ● Conhecer as variáveis envolvidas nos cálculos de valores presentes e futuros e dos custos associados às alternativas de investimentos. 		
Bibliografia Básica		
<p>BAUER, U. R. Matemática Financeira Fundamental. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2003, 407p.</p> <p>CASTANHEIRA, Nelson Pereira. Matemática financeira aplicada. 3. Ed. Rev. / Nelson Pereira Castanheira, Luiz Roberto Dias de Macedo. Curitiba: Ibpec, 2010.</p> <p>VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática Financeira. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>CRESPO, A. A. Matemática Comercial e Financeira. São Paulo. Editora Saraiva. 1987. 248p.</p> <p>FARO, C. DE. Matemática Financeira - teoria e aplicações de juros simples e compostos & correção monetária. Rio de Janeiro. APEC. 1978. 420p.</p> <p>POLO, E.F. Engenharia das Operações Financeiras, Editora Atlas S.A. 1996. 404p.</p> <p>TEIXEIRA, J. e DI PIERRO NETTO, S. Matemática Financeira. São Paulo. MKRON. BOOKS DO BRASIL. 1998. 134p.</p> <p>VASCONCELOS, F. C. DE. Matemática Financeira com ajuda do computador. Ícone Editora Ltda. 1987. 151p.</p>		


 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Gerência da Saúde	Disciplina: Tecnologias de Gestão em Saúde	
	Módulo: II	
Total de Horas: 80 horas	Aulas Teóricas: 80 horas	Aulas Práticas: -
Ementa do Programa		
<p>A gestão de tecnologia na atenção à saúde abrange: diretrizes clínicas, protocolos, indicadores e padrões de qualidade que traduzam as melhores práticas e a saúde baseada em evidências científicas. Procedimentos/intervenções e produtos voltados ao cuidado em saúde, de modo customizado, contextualizado e singularizado. Avaliação e geração de novas tecnologias orientadas à atenção à saúde e à gestão do conhecimento em saúde, com vistas à melhoria da qualidade do cuidado, da segurança do paciente e dos processos de ensino-aprendizagem nas áreas de atenção à saúde e gestão em saúde.</p>		
Objetivos		
<p>Objetivo Geral: Contribuir para a formação de profissionais capazes de produzir novos conhecimentos, tecnologias e inovação em saúde, de modo a promover a qualificação dos processos de gestão da atenção, do trabalho e da educação, em saúde.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Capacitar profissionais inseridos no trabalho em saúde para uma prática transformadora na gestão da atenção à saúde, na gestão do trabalho em saúde e na gestão do conhecimento e da educação em saúde; ● Capacitar os alunos para promoção divulgação e a utilização de tecnologias e inovações voltadas à agregação de valor na área da saúde; ● Desenvolver a capacidade de aplicar os produtos e/ou processos técnico-científicos ou de inovação tecnológica, de modo articulado à análise de problemas e oportunidades para a melhoria da atenção à saúde. 		
Bibliografia Básica		
<p>BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde. 2010. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_gestao_tecnologias_saude.pdf</p> <p>GUIMARÃES R et al. Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde: uma proposta (Documento produzido pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Abrasco). Abrasco, Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, v.128, nº 249, p. 25694, 31 dez. 1990. Seção I.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>CHRISTENSEN CM. Inovação na gestão da saúde: a receita para reduzir custos e aumentar qualidade. Porto Alegre: Bookman, 2009.</p> <p>MENDES GONÇALVES, R.B. Tecnologia e Organização das Práticas de Saúde: características tecnológicas do processo de trabalho na rede estadual de Centros de Saúde de São Paulo. São Paulo: Hucitec – Abrasco, 1994.</p> <p>PEDUZZI, M. Mudanças tecnológicas e seu impacto no processo de trabalho em saúde. Trabalho,</p>		


Educação e Saúde, 1(1): 7592, 2003


Módulo: III

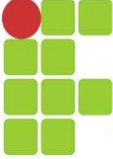
 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Gerência da Saúde	Disciplina: Administração Hospitalar	
	Módulo: III	
Total de Horas: 80 horas	Aulas Teóricas: 80 horas	Aulas Práticas: -
Ementa do Programa		
<p>Noções gerais da administração hospitalar. Conceito de hospitais, suas funções e objetivos. Evolução da administração hospitalar. Classificação dos hospitais como sistema. Trabalho em equipe. Função da direção hospitalar. O papel do hospital no sistema de saúde. Gestão hospitalar. Características gerais das organizações hospitalares e dos serviços de saúde. Características gerais dos hospitais e serviços de saúde. Os serviços hospitalares, os processos hospitalares, as atividades hospitalares. Os setores e departamentos hospitalares e suas funções; Noções gerais da regulamentação hospitalar. Convênios, Serviços de documentação de prontuários médicos. A inter-relação e interdependências entre as atividades e departamentos hospitalares: contabilidade, custos, finanças e orçamento.</p>		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Preparar e habilitar profissionais para o exercício de cargos e funções relacionados com a gestão hospitalar e de serviços de saúde (pública e privada), como chefias, coordenações, direções e outros, formando gestores identificados com os modernos processos administrativos. ● Obter Conhecimentos em Gestão Hospitalar e de Serviços de Saúde; ● Proporcionar visão global e sistêmica das organizações hospitalares, no campo da gestão na área da saúde. 		
Bibliografia Básica		
<p>CHIAVENATO, Idalberto. Administração - teoria, processo e prática. 7. ed. Editora Campus, 2006. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde. Normas e padrões de construções e instalações de serviços de saúde. 2a. edição. Brasília, Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1985. 120 p. il. (Normas e Manuais técnicos, 3). Hospital Municipal Odilon Behrens. Portaria 001/94 - Anexo II: Definições Operacionais de Tipos de Leito Hospitalar. Belo Horizonte, 15/12/1994.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Normas Técnicas. Normas para Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde - 144 p (Série Saúde & Tecnologia), Brasília, 1994. BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde. Equipamentos para Estabelecimentos Assistenciais de Saúde: Planejamento e Dimensionamento. 239 p., Brasília, 1994. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde. Manual de informações sobre atividades hospitalares. 2a. edição. Brasília, Centro de Documentação da Secretária-geral/MS, 1989. 161 p. (Normas e Manuais Técnicos, 17). BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde. Instrumento de avaliação para hospital geral de médio porte. Brasília, Centro de Documentação do Ministério da</p>		

Saúde, 1986. 75 p. il. (Normas e Manuais Técnicos, 30).

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Gerência da Saúde	Disciplina: Estatística	
	Módulo: III	
Total de Horas: 40 horas	Aulas Teóricas: 40 horas	Aulas Práticas:-
Ementa do Programa		
<p>Introdução à estatística. Tabelas e gráficos, interpretação. Análise de dados e indicadores. Probabilidade. Amostras, representação de dados amostrais e medidas descritivas de uma amostra. Principais distribuições. Amostragem. Métodos de inferência estatística. Centralidade dos dados e variância.</p>		
Objetivos		
<p>Objetivo Geral: Proporcionar ao aluno condições de organizar e descrever conjuntos de dados e dominar os fundamentos básicos de probabilidade e de inferência estatística.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Construir tabelas e gráficos, permitindo a descrição e entendimento dos fenômenos estudados. ● Aprender interpretar gráficos; ● Fornecer aos discentes conhecimentos de como coletar e processar dados relacionados à saúde; ● Conhecer os conceitos básicos da teoria da probabilidade e aplicar as distribuições binomial e normal; ● Conhecer os vários tipos de amostragem e escolher amostras representativas da população; ● Fazer estimativas por intervalo dos parâmetros populacionais com base em amostras; ● Determinar tamanho de amostras; ● Estabelecer testes de hipóteses para parâmetros. 		
Bibliografia Básica		
<p>BUSSAB, W., MORETTIN, P. A. Estatística Básica. 4.ed. São Paulo: Atual, 1987. FONSECA, Jairo Simon da. Curso de estatística. São Paulo: Atlas, 1996. TRIOLA, M. F. – Introdução à Estatística. Rio de Janeiro: LTC, 1999.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>BARBETTA, P. A. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. 3 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. LAURENTI, R. et al. Estatísticas de saúde. 2a. edição. São Paulo, E.P.U., 1987. VIEIRA, S. Bioestatística: tópicos avançados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. WONNACOTT, T. H., WONNACOTT, R. J. Estatística Aplicada à Economia e à Administração. Ed. LTC, Rio de Janeiro, 1981.</p>		


 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Gerência da Saúde	Disciplina: Gestão de Abastecimento e Patrimônio	
	Módulo: III	
Total de Horas: 80 horas	Aulas Teóricas: 80 horas	Aulas Práticas: -
Ementa do Programa		
<p>Gestão de Abastecimento e Patrimônio. Controle de Patrimônio e Inventário de Patrimônio. Administração Patrimonial. Materiais, produtos e serviços. Estoques; conceito; classificação. Evolução do Controle de Estoques e Patrimônio. O administrador de estoques. Planejamento e controle. Avaliação; Custos; Armazenamento de materiais; Almojarifado e depósito. Histórico e Estruturas Organizacionais. Processo de Codificação. Ciclo de Vida dos Produtos. Gestão de materiais e suprimentos de estoque: formas de provisão e manutenção; Função dos estoques e da análise de valor. Método de estratificação e classificação "ABC". Níveis de estoque e o lote econômico. Aquisições: normas gerais de licitação. Fluxo do processo de compra.</p>		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Capacitar o discente sobre gestão de abastecimento e patrimônio. ● Conhecer as principais rotinas de controle de materiais nos hospitais e outros órgãos da saúde ● Compreender e importância do controle de estoques e patrimônio; ● Proporcionar melhor aproveitamento através da fundamentação dos conceitos de gerenciamento na gestão de abastecimento e patrimônio. 		
Bibliografia Básica		
<p>BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento. São Paulo : Saraiva, 2003.</p> <p>GARCIA, Ana Maria. MALHADO, Heloisa M.C. Administração de Materiais e Patrimônio. Ed. SENAC. Rio de Janeiro, 1998.</p> <p>POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. 4ª. edição. São Paulo. Atlas, 2007.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>ARNOLD, J.R. Tony. Administração de Materiais. ed. Atlas. São Paulo. 1999.</p> <p>BONFIM, Brandão. Compras, Princípios e Administração. ed. Atlas. São Paulo, 2000</p> <p>DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 4ª. edição. São Paulo. Atlas, 1993.</p> <p>VIANA, João José. Administração de Materiais. Um enfoque prático. ed. Atlas. São Paulo, 2000</p>		


 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Gerência da Saúde	Disciplina: Gestão de Pessoal	
	Módulo: IV	
Total de Horas: 80 horas	Aulas Teóricas: 80 horas	Aulas Práticas: -
Ementa do Programa		
<p>Fundamentos da gestão de pessoal. Recrutamento e seleção. Ambientação, treinamento e desenvolvimento. Políticas de recursos humanos. Saúde, higiene e segurança no trabalho. A gestão de pessoas nas organizações. Suprimento. Treinamento e desenvolvimento. Avaliação de desempenho. Remuneração. Administração das relações com o funcionário. Auditoria e controle em recursos humanos.</p>		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver e colaborar para o crescimento da instituição e do próprio profissional. ● Aprender a organizar o recrutamento e seleção de pessoal; ● Demonstrar como a Gestão de Pessoas pode ajudar dentro da organização; ● Treinar e desenvolver novos funcionários; ● Analisar o desempenho dos funcionários. 		
Bibliografia Básica		
<p>CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4ed. Rio de Janeiro: Campos, 2014.</p> <p>DUTRA, Joel de Souza. Gestão de pessoas: modelos, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>GRILLO, Antônio N. Gestão de Pessoas: princípios que mudam a Administração Universitária. Florianópolis: [s.n], 2001.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>BOWDITCH James L. e BUONO, Anthony F. Elementos do comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira, 1992.</p> <p>CHANLAT, Jean -François. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. V1 e V2. São Paulo: Atlas, 1993.</p> <p>IVANCEVICH, John M. Gestão de Recursos Humanos. 10 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.</p> <p>LEME, Rogério. Aplicação prática de gestão de pessoas por competências: mapeamento, treinamento, seleção, avaliação e mensuração de resultados de treinamento. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.</p> <p>SANTOS, Aleksandra Pereira dos. Gestão por competências e avaliação de desempenho: da diversidade de teorias e instrumentos ao desafio de construir modelos adequados a administração pública. XIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de aAdministración Pública. Buenos Aires, 4-7 nov. 2008. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/hotsites/seges/clad/documentos/santosper.pdf> Acesso em: 03 fev. 2009.</p>		

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Gerência da Saúde	Disciplina: Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde	
	Módulo: IV	
Total de Horas: 40 horas	Aulas Teóricas: 40 horas	Aulas Práticas: -
Ementa do Programa		
<p>Estimular a compreensão do papel estratégico da Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde para consolidação do Sistema Único de Saúde. Discutir os conceitos de Educação na Saúde e da sua gestão, contextualizando-os historicamente, de forma a instrumentalizar os alunos para a compreensão do tema e sua aplicação no processo de trabalho em saúde. Conhecer a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e as políticas específicas de Educação na Saúde, bem como as possibilidades de aplicação na gestão municipal.</p>		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Especializar os gerentes em saúde na gestão do trabalho e da educação na saúde. ● Identificar e compreender as transformações ocorridas no mundo do trabalho e suas implicações para o trabalho em saúde; ● Compreender a relação das políticas institucionais de qualificação da força de trabalho com a eficiência e efetividade dos serviços públicos de saúde; ● Identificar as diferentes formas de preparação de trabalhadores para os serviços de saúde; ● Identificar e conhecer as formas de gestão dos vínculos trabalhistas no SUS. 		
Bibliografia Básica		
<p>DUSSAULT G. 1992. A gestão dos serviços públicos de saúde: características e exigências. Revista de Administração Pública 26(2):08-19.</p> <p>BRASIL, Cadernos de RH Saúde. Ministério da Saúde, SEGTES. Vol. 3, n.1 (mar.2006) - Brasília: Ministério da Saúde, 2006.</p> <p>MACHADO, M.H.. Gestão do trabalho em saúde. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. Dicionário da educação profissional em saúde. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 227-231.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>Medeiros, K. R., Aspectos conceituais sobre as relações de trabalho no âmbito do Sistema Único de Saúde: um desafio para os gestores de saúde. Revista do Ministério Público de Pernambuco, Recife, v. 1, n. 1, Jan/jun, 1998- Recife: procuradoria Geral de Justiça, 2006, v. 5. p. 47 a 64.</p> <p>VIEIRA, M. Recursos humanos em saúde. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. Dicionário da educação profissional em saúde. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 343-347.</p> <p>REINHARDT, E. L.; FISCHER, F. M. Barreiras às intervenções relacionadas à saúde do trabalhador do setor saúde no Brasil. REVISTA PANAMERICANA DE SALUD PÚBLICA. Washington, v. 25, n.5, p. 411-417, may. 2009.</p> <p>FACTS. Em linha: boas práticas em matéria de segurança e saúde para o Sector da Saúde. Bilbao: Agência Européia para a Segurança e a Saúde no Trabalho, n. 29, set., 2003. 2p.</p>		

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Gerência da Saúde	Disciplina: Gestão Financeira e Orçamentária	
	Módulo: IV	
Total de Horas: 80 horas	Aulas Teóricas: 80 horas	Aulas Práticas: -
Ementa do Programa		
<p>Orçamento Público. Contabilidade Pública. Licitações, Contratos e Convênios. Pregão Eletrônico. Visão geral da administração financeira. Análise do ponto de equilíbrio das operações. Estrutura financeira da empresa. Administração do capital de giro. Instrumentos de avaliação de desempenho financeiro. Financiamento de curto e longo prazo. Conceitos básicos e funções da administração financeira. Sistemas de informações financeiras. Administração do capital de giro. Financiamento de curto e longo prazos. Abordagem de técnicas de pesquisa operacional aplicada. Viabilidade econômica e financeira. Análise de projetos de investimento para aquisição de ativo fixo: componentes, taxa interna de retorno, Payback, Valor Presente Líquido. Gestão financeira em serviços de saúde. A legislação referente a projetos e os órgãos financiadores. Gestão de projetos: conceitos, composição e abordagens. A visão estratégica do negócio. Modelos de gestão. Organização da Secretaria Municipal de Saúde. Consórcios intermunicipais de saúde.</p>		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Instrumentalizar para visão geral da administração financeira e orçamentária, com informações como conceitos e técnicas atuais que possam otimizar a gestão, minimizando riscos e maximizando resultados. ● Desenvolver a capacidade de reconhecimento e análise dos problemas financeiros; ● Desenvolver a capacidade avaliação da situação econômico-financeira e gestão correta dos seus ativos; ● Definição, elaboração e administração do orçamento público integrado, bem como familiarização do aluno com os tópicos mais atuais da administração financeira. 		
Bibliografia Básica		
<p>ANGÉLICO, João. Contabilidade pública. 8.ed. São Paulo: Atlas, 1995. CRUZ, Flávio da. Comentários à Lei nº 4.320/64. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001. REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. 1.ed. São Paulo: Atlas, 1992.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>Equipe de Professores da FEA/USP. Contabilidade Introdutória. Atlas, 1998. Livro Texto-8ª Edição e Livro de Exercícios. OSNI, Moura Ribeiro. Contabilidade Geral. Saraiva, 1997. MARION, J. C. Contabilidade Empresarial . São Paulo: Atlas, 2004. SANCHES, Osvaldo Maldonado. Dicionário de orçamento, planejamento e áreas afins. Prisma, 1997. SILVA, Dirson Medeiros. Contabilidade: noções básicas e fundamentais. Belém: GRAPEL, 1989. SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.</p>		


Módulo: V

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Gerência da Saúde	Disciplina: Fundamentos de Vigilância Sanitária	
	Módulo: V	
Total de Horas: 100 horas	Aulas Teóricas: 100 horas	Aulas Práticas:-
Ementa do Programa		
<p>Legislação do sistema de saúde e da vigilância sanitária. Procedimentos inspeccionais e fiscalizadores. Perito e perícia em áreas fabris e comerciais farmacêuticas. Legislação sanitária e profissional regulatórias aplicadas para industrialização, importação, exportação, armazenamento, distribuição e comercialização de produtos farmacêuticos sujeitos ao controle sanitário. Prescrição, informação e dispensação racional de produtos farmacêuticos, em especial, os medicamentos.</p>		
Objetivos		
Objetivo Geral:		
<p>Qualificar profissionais para compreenderem e interagirem com as ações de promoção e proteção nos campos da Vigilância Sanitária (VISA).</p>		
Objetivos Específicos:		
<ul style="list-style-type: none"> ● Possibilitar a compreensão da VISA como ação e prática fundamental de saúde pública para a melhoria das condições de vida e saúde das populações; ● Propiciar a identificação e atuação sobre riscos e agravos: produção; circulação de bens e serviços; ● Formar cidadãos críticos e reflexivos acerca das questões que circunscrevem os campos de atuação da vigilância sanitária. 		
Bibliografia Básica		
<p>ALVES-COSTA, E. Vigilância sanitária: proteção e defesa da saúde. São Paulo: Hucitec, 1999. ROZENFELD, S. Fundamentos da vigilância sanitária. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. TEIXEIRA, F.C., et al., 2000. SUS, modelos assistenciais e vigilância da saúde. In: Fundamentos da Vigilância Sanitária (Rozenfeld, S., org.), pp. 49-60, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. BUENO, E. À sua saúde: a vigilância sanitária na história do Brasil. Brasília: ANVISA, 2005.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>BRITO, R. L.; SILVA, A.C.P. Ações e práticas integradoras em vigilância sanitária - Abrasco 2009 LUCCHESI, G., 1992. Vigilância Sanitária: o elo perdido. Divulgação em Saúde para Debate n° 7. Londrina: Cebes. NEGRI, B. O Sistema Único de Saúde em dez anos de desafio. São Paulo: Sobravime, 2002. S OUTO, A. C. Saúde e política: a vigilância sanitária no Brasil. São Paulo: Sobravime, 2004.</p>		

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Gerência da Saúde	Disciplina: Gestão de Serviços de Saúde	
	Módulo: V	
Total de Horas: 100 horas	Aulas Teóricas: 100 horas	Aulas Práticas:-
Ementa do Programa		
<p>Conhecer os aspectos gerais do gerenciamento dos serviços de saúde nos diferentes níveis da assistência à saúde. A participação dos serviços em uma Organização de Saúde. Especificidade do serviço e sua contribuição para as diretrizes estratégicas em Saúde. Avaliação quanto à terceirização/quarteirização. Contratação de serviços. Equilíbrio custo/ benefício. Indicadores de desempenho para serviços. Aspectos estratégicos da gestão global de saúde. Gestão estratégica de organizações da saúde (estrutura, desempenho, excelência operacional, projetos, qualidade, ética, etc). Gestão da saúde pública e bem-estar (investimentos, alocação de recursos, políticas públicas, vigilância sanitária, prevenção de doenças, fatores de risco, etc). Aspectos legais da gestão de serviços e sistemas de saúde.</p>		
Objetivos		
Objetivo Geral:		
<p>Conhecer referências que possibilitam pensar e agir estrategicamente frente aos desafios da Gestão de Organizações Hospitalares e Sistemas de Saúde;</p>		
Objetivos Específicos:		
<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver competências e técnicas gerenciais contemporâneas que permitam identificar e apresentar soluções aos problemas fundamentais que afligem a área da saúde; ● Conhecimento qualitativo da rede de serviços de saúde; ● Incorporar indicadores de produção para avaliação de serviços de saúde; ● Conhecer as condições e relações de trabalho nos estabelecimentos de saúde; ● Saber identificar oportunidades de melhoria e observar experiências de êxito. 		
Bibliografia Básica		
<p>BRASIL, Ministério da Saúde, ANS. Regulação & saúde: estrutura, evolução e perspectivas da assistência médica suplementar. RJ, ANS, 2002</p> <p>DUSSAULT, Gilles A gestão dos serviços públicos de saúde: características e exigências. Revista de Administração Pública, Abril/Junho, V. 26(2). FGV: Rio de Janeiro, 1992.</p> <p>JUNQUEIRA, Luciano & INOJOSA, Rose Marie. Gestão dos serviços públicos de saúde: em busca de uma lógica da eficácia. Revista de Administração Pública, Abril/Junho, V. 26(2), FGV: Rio de Janeiro, 1992.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>CAMPOS, Gastão Wagner S. Reforma da reforma: repensando a saúde. Ed. Hucitec, São Paulo, 1992, p. 131-212.</p> <p>MINISTÉRIO DA SAÚDE. Plano nacional de saúde: um pacto pela saúde no Brasil. Bsb, 2005. Textos básicos de Saúde.</p> <p>CAMPOS, G. W. S.; MERHY, E.E.; NUNES, E. D. Planejamento sem normas. Ed. Hucitec, São Paulo, 1994, 2a edição.</p> <p>CECILIO, L. C. de. (Org.). Inventando a mudança na saúde. São Paulo: Hucitec, 1994.</p> <p>ORGANIZACAO PANAMERICANA DA SAUDE. A transformação da gestão dos hospitais na</p>		

América Latina e Caribe. OPAS/OMS, 2004 .

Módulo: VI

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Gerência da Saúde	Disciplina: Gerência de Sistemas de Saúde	
	Módulo: VI	
Total de Horas: 40 horas	Aulas Teóricas: 40 horas	Aulas Práticas:-
Ementa		
<p>Concepção, organização, funcionamento e financiamento do SUS. Articulação e gestão dos serviços de saúde nos diversos níveis de atenção (atenção básica, média e alta complexidade). Articulação entre as diversas instâncias de governo e esferas de gestão do SUS (fóruns deliberativos e de controle social). Instrumentos de gestão do SUS nos diferentes níveis de governo (normas operacionais, planos de saúde, orçamento, Plano Diretor de Regionalização - PDR, Programação Pactuada Integrada PPI, Pacto pela Saúde e sistema de informação em saúde). Avaliação, controle e regulação do SUS. Agências reguladoras e Saúde Suplementar</p>		
Objetivos		
<p>Objetivo Geral: Conhecer a organização e funcionamento do sistema de saúde no que se refere gestão da rede assistencial, articulação entre os níveis de atenção, fluxos e trajetória do usuário nos serviços de saúde.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Compreender os valores, os princípios e os direitos sociais que embasam o sistema e as políticas de saúde no Brasil; Conhecer o desenho institucional, organização, mecanismos de planejamento, gestão e financiamento do SUS. ● Estudar os principais mecanismos de gestão, instrumentos de planejamento, organização dos serviços, financiamento, controle e regulação da rede assistencial no âmbito do SUS Identificar a oferta e demanda dos serviços de saúde, caracterizando a trajetória do usuário nos distintos níveis de atenção do SUS. ● Reconhecer as especificidades, fluxos, redes e ações dos serviços de saúde nos diferentes níveis de atenção que compõem os distritos sanitários/SUS. ● Possibilitar ao aluno conhecimento sobre gerenciamento em sistemas de saúde. ● Desenvolver competências e técnicas no gerenciamento do sistema de saúde; ● Adquirir capacidade para gerenciar sistemas de saúde. 		
Bibliografia Básica		

CARVALHO, A. I.; BUSS, P. M. **Determinantes Sociais na Saúde, na Doença e na Intervenção.** Políticas e Sistema de Saúde no Brasil cap.4 (org) Ligia Giovanella et al. Editora Fiocruz/ CEBES, 2008.
 CARVALHO, A. O.; EDUARDO, M. B. P. Sistemas de informação em saúde para municípios. São Paulo: USP, 1998. 101p. (Série Saúde & Cidadania, v.6).

VIACAVAET, F. al. **Uma metodologia de avaliação do desempenho do sistema de saúde brasileiro.** Ciência & Saúde Coletiva, 9 (3):711-724, 2004. Disponível em: <http://www4.ensp.fiocruz.br/biblioteca/home/exibedetalhesBiblioteca.cfm?ID=13094&tipo=B>

CAMPOS, Gastão Wagner S. Reforma da reforma: repensando a saúde. Ed. Hucitec, São Paulo, 1992, p. 131-212.

Bibliografia Complementar


AZEVEDO, C.S. et al., **Caminhos da organização e gestão do cuidado em saúde no âmbito hospitalar brasileiro;** publicado na revista Política, Planejamento e Gestão, Abrasco, 2010, v.1, n.1, set., p.1-34 <http://www4.ensp.fiocruz.br/biblioteca/home/exibedetalhesBiblioteca.cfm?ID=13091&Tipo=B>.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE Brasil. Sistemas de Informação em Saúde e Vigilância Epidemiológica. In: ____ Guia de Vigilância Epidemiológica . v. 1. 5. ed. Brasília, DF, 2002. p.59-78..

PAIM, J. et al. **O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios.** Saúde no Brasil 1 TheLancet.com. may 2011 p.11 -31. Disponível em: <http://www4.ensp.fiocruz.br/biblioteca/home/exibedetalhesBiblioteca.cfm?ID=13063&tipo=B>.

MOTA, Eduard; CARVALHO, Déa Mara T. Sistemas de Informações em Saúde. In: Rouquayrol, Maria Zélia e Almeida Filho, Naomar de. Epidemiologia & Saúde. 6ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003, p. 605-628.

NOVAES, Hillegonda Maria D. Avaliação de programas, serviços e tecnologias em saúde. Revista Saúde Pública 2000;34(5):547-59.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
	Curso: Técnico em Gerência da Saúde	Disciplina: Planejamento Estratégico em Saúde
	Módulo: VI	
Total de Horas: 80 horas	Aulas Teóricas: 80 horas	Aulas Práticas:-
Ementa do Programa		
Planejamento Estratégico em Saúde: processo histórico, conceitos, características e componentes do processo. Momentos do planejamento: explicativo, normativo, estratégico e tático-operacional. Fases do Planejamento Estratégico: diagnóstico estratégico. Análise da ambiência interna e externa; Identidade organizacional: missão, valores e visão de futuro. Estratégias, diretrizes e políticas. Desenvolvimento de cenários. Elaboração e implementação do processo de planejamento estratégico institucional e setorial. Indicadores e parâmetros para planejamento da capacidade instalada de unidades de saúde. Planejamento e desempenho organizacional. Instrumentos de organização e métodos. Análises de casos de planejamento estratégico em organizações de saúde públicas e privadas. O planejamento estratégico em serviços de saúde. Sistemas de controle e avaliação. A Agenda de Saúde: plano de metas, relatório de gestão, relatório de atividades e o plano municipal de saúde.		
Objetivos		

- Capacitar o discente ao conhecimento sobre planejamento estratégico em saúde.
- Desenvolver a capacidade referente ao planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e controle de atividades e ações relacionadas ao sistema e serviços de saúde;
- Desenvolver capacidades individuais e de equipe para a proposição, negociação, tomada de decisões e execução de ações pertinentes ao planejamento em serviços de saúde;
- Capacidade de planejar estratégias em sistemas de saúde.

Bibliografia Básica

CASTIEL, LD & URIBE RIVERA, FJ. Planejamento em Saúde e Epidemiologia no Brasil: casamento ou divórcio. Caderno de Saúde Pública, R.J., 1(4): 447-456, out/dez, 1985.

CHORNY, A. H. Bases Conceituais e Metodológicas do Planejamento em Saúde. Traduzido por FEKETI, M. C. para o Curso de Especialização do Projeto GERUS. OMS/MS, 1995.

MENDES, E. V. O planejamento da saúde no Brasil: origens, evolução, análise crítica e perspectivas. Série: Desenvolvimento de Serviços de Saúde No. 8. Organização Pan-americana de Saúde. Oficina Regional, Brasília. Organização Mundial de Saúde. 1988. Método Altadir de Planejamento Popular (MAPP) e o Planejamento Estratégico Situacional (PES).

Bibliografia Complementar

DE TONI, Jackson. O que é planejamento estratégico situacional? Revista Espaço Acadêmico, no. 32, Janeiro de 2004.

KISIL M. **Gestão da mudança organizacional**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 1998 (série Saúde & Cidadania).

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Planejamento Estratégico do Ministério da Saúde**. Disponível em : http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/planejamento_estrategico_ministerio_saude_resultados.pdf

OLIVEIRA, J A Puppim. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. RAP, R.J., 40(1): 273-88, Mar./Abr. 2006.

PAIM, JS & TEIXEIRA, CF. Política, planejamento e gestão em saúde: balanço do estado da arte. Rev. Saúde Pública, S.P., 40 (N Esp):73-8, 2006.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
	Curso: Técnico em Gerência da Saúde	Disciplina: Programas de Saúde
	Módulo: VI	
Total de Horas: 80 horas	Aulas Teóricas: 80 horas	Aulas Práticas:-
Ementa do Programa		
<p>Discutir sobre os Programas e Serviços de Saúde pública e privada sob o ponto de vista da gestão, possibilitando uma visão geral destas áreas. Estrutura a prática dos programas e serviços de saúde ofertados no Sistema Único de Saúde. Formulação programas e projetos de saúde. Governabilidade, necessidades sociais e possibilidades institucionais. Programas nacionais de saúde. Sistema municipal de saúde: estrutura, funcionamento e responsabilidades. Políticas e sistemas de saúde no Brasil: retrospectiva histórica; reforma sanitária. Promoção à saúde. Controle social: conselhos e conferências municipais de saúde. Política Nacional de Meio Ambiente. Atenção Primária à Saúde – conceitos, princípios e organização no Brasil e no mundo. História da APS. Atenção à Saúde da Família – Estratégia de Saúde da Família: histórico, processo de implantação no Brasil, organização e normatizações. Princípios e Diretrizes do Programa de Saúde da Família e do Programa de Agentes</p>		

Comunitários de Saúde.
Objetivos
<p>Objetivo Geral: O conhecimento dos conteúdos básicos em programas de saúde e compreensão das suas aplicações que permitam uma análise crítica e sua utilização nos serviços de saúde.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolvimento profissional que leve em conta a prevenção, promoção, recuperação da saúde, bem como o controle de doenças; ● Conhecimento dos gestores da saúde sobre os programas de saúde no país; ● Capacidade de análise crítica dos programas de saúde existentes.
Bibliografia Básica
<p>BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Departamento de Apoio a Descentralização. Diretrizes para Programação Pactuada Integrada da Assistência a Saúde. Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Departamento de Apoio a Descentralização. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 148p. – (serie B. Textos Básicos de Saúde) (Serie Pactos pela Vida; V. 5)</p> <p>BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria GM, Nº 154, de 24 de Janeiro de 2008. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF.</p> <p>PORTARIA Nº 2.488/GM/MS, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011 - Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).</p>
Bibliografia Complementar
<p>MENDES, E.V. As redes de atenção à saúde. Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.</p> <p>BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei8142.pdf>.</p> <p>BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/LEI8080.pdf>.</p> <p>STARFIELD, B. Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002 (cap 1).</p>

d) Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

Os critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores foram definidos a partir das orientações descritas no Título III, do Capítulo I, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Resolução CNE/CEB nº 06/2012 (BRASIL, 2012).

Será facultado ao discente solicitar o aproveitamento de disciplinas já cursadas e nas quais obteve aprovação, bem como de saberes profissionais desenvolvidos em seu itinerário profissional e de vida.

Vale salientar, conforme o Art. 36 da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, que o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante poderá ser promovido desde que esteja diretamente relacionado com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional em questão e que tenham sido desenvolvidos:

- ✓ em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- ✓ em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- ✓ em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;
- ✓ por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os interessados deverão protocolar requerimento específico, obtido na secretaria do câmpus, dentro do prazo estipulado no Calendário Escolar.

O aproveitamento poderá ser obtido por dois procedimentos: por meio de análise da documentação comprobatória ou por meio da aplicação de exame de proficiência. No primeiro modo, será realizada análise da equivalência de conteúdos programáticos e de cargas horárias das disciplinas. Nesse caso, o requerimento deverá estar acompanhado do histórico escolar e do conteúdo programático das disciplinas cursadas, os quais serão submetidos à análise prévia de um docente indicado pelo coordenador.

O exame de proficiência será constituído de prova escrita e/ou prática ou outro instrumento de avaliação pertinente.

Caberá ao Coordenador designar banca examinadora especial para:

- ✓ estabelecer os conteúdos a serem abordados, as referências bibliográficas, as competências e habilidades a serem avaliadas, tomando como referência o estabelecido nesse Projeto Pedagógico;
- ✓ definir as características da avaliação e determinar sua duração;
- ✓ elaborar, aplicar e corrigir as avaliações.

As datas de requerimento para Exame de Proficiência, aplicação das provas e divulgação dos resultados deverão fazer parte do Calendário Escolar. O discente que obtiver um rendimento igual ou superior a 70% (setenta por cento) será dispensado de cursar a disciplina. A pontuação a ser atribuída ao discente será a que for obtida na avaliação, sendo registrado no histórico escolar como Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores (ACEA), observando-se o período e a carga horária constantes na matriz curricular do curso. Vale salientar que o discente deverá frequentar as aulas da(s) disciplina(s) da(s) qual requereu dispensa até o deferimento do pedido de aproveitamento.

e) Biblioteca, Instalações e Equipamentos

Neste item são apresentados de forma sumária os componentes da infraestrutura física, os equipamentos que compõe os ambientes educacionais do curso e demais materiais que poderão estar à disposição dos estudantes. Salienta-se que, caso o curso seja ofertado fora do município-sede do câmpus, o parceiro demandante será o responsável por providenciar toda a infraestrutura física e equipamentos necessários ao adequado funcionamento do curso.

O curso deve disponibilizar biblioteca com acervo adequado para consulta e empréstimo aos alunos, laboratórios com equipamentos e suprimentos necessários ao desenvolvimento das situações de ensino-aprendizagem, salas de aula com mobiliário adequado e recursos multimídias para alunos e professores.

Para o curso Técnico em Gerência em Saúde será confeccionado apostilas de cada disciplina para os alunos e para os professores. Todos os alunos e professores receberão o kit de materiais que será enviado pelo IFMG/PRONATEC.

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Notebook	Processador Intel core i5 4 GB RAM HD 500GB	16 unidade
Mouse		16 unidade
Estabilizador		16 unidade
Monitor Positivo	monitor 14 polegadas	16 unidade
Lousa digital	Lousa Digital Poly Vision + suporte de chão com rodas com travas para movimentação + ajuste de altura para acessibilidade + projetor + 1 notebook	1 unidade

Equipamentos de uso comum:

01 Projetor multimídia - resolução de 1024x 768 (XGA);

01 TVs em cores 32 polegadas

01 Aparelho de DVD OMNICOM RJ- 1500 DVX

f) Metodologias de ensino

As metodologias de ensino utilizadas no curso valorizarão:

- ✓ as capacidades e conhecimentos prévios dos discentes, as capacidades e a progressiva autonomia dos discentes com necessidades específicas;
- ✓ os valores e a concepção de mundo dos discentes, seus diferentes ritmos de aprendizagem, sua cultura específica, referente especialmente a seu pertencimento social, étnico-racial, de gênero, etário, religioso e de origem (urbano ou rural);

- ✓ o trabalho coletivo entre docentes e equipe pedagógica, o diálogo entre docentes e equipe pedagógica, bem como entre instituição e comunidade;
- ✓ o uso das TICs; e
- ✓ o uso de diferentes estratégias didático-metodológicas: seminários, debates, atividades em grupo, atividades individuais, projetos de trabalho, estudos dirigidos, visitas técnicas, oficinas temáticas e outras.

g) Estratégias de integração do ensino e articulação com a sociedade

Este curso técnico poderá promover a integração entre as disciplinas/conteúdos ministrados através do planejamento conjunto de aulas, da realização de projetos que integrem conhecimentos de diferentes disciplinas e da atribuição de notas de maneira compartilhada. Acredita-se que assim, os conteúdos farão mais sentido para os discentes e que os mesmos aprenderão a utilizar conhecimentos de diferentes áreas para resolver uma situação-problema, capacidade muito demandada pelo mercado de trabalho atual.

A fim de promover a articulação com a sociedade, serão firmados convênios e parcerias entre o IFMG e a comunidade produtiva local, como também com o setor público, com o objetivo de fomentar a realização do estágio, visitas técnicas e eventos. Espera-se, por meio desta articulação, contribuir para a promoção do desenvolvimento local de forma contínua e sustentável.

O estágio supervisionado será opcional e realizado nos termos da Resolução nº 01, de 21 de janeiro de 2004 e Lei nº 11.788 de 2008. Esta atividade contará também com regulamento próprio da instituição e terá as seguintes características:

- ✓ carga horária mínima de 120 horas;
- ✓ realização em concomitância com o curso;
- ✓ realização no 3º semestre do curso;
- ✓ máximo de 6 horas diárias;
- ✓ idade mínima de 16 anos completos na data de início do estágio;
- ✓ orientação tanto por um supervisor de estágio do câmpus (professor) quanto por um supervisor de estágio da empresa (profissional da área), os quais

acompanharão o aluno estagiário especialmente sobre questões relacionadas às atividades realizadas - especialmente a relação existente entre as disciplinas cursadas no curso técnico e as atividades realizadas no estágio – e frequência; e

- ✓ avaliação realizada pelos dois supervisores de estágio e pelo próprio aluno estagiário.

h) Estratégias de apoio ao discente

Os estudantes do curso poderão contar com uma rede de assistência estudantil e orientação educacional a ser disponibilizada de acordo com critérios estabelecidos pelo PRONATEC.

IV. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

a) Avaliação dos discentes

Os critérios de aprovação, reprovação e progressão parcial dos alunos matriculados nos cursos técnicos ofertados por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) observará as regulamentações gerais do Regimento de Ensino do IFMG. Contudo, tais regulamentações serão adequadas às especificidades dos cursos ofertados no âmbito do programa, adotando os critérios descritos a seguir.

O processo avaliativo será contínuo e cumulativo, considerando a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados durante o processo sobre os de eventuais provas finais (Art. 24, inciso V, da lei nº 9394/96). Funcionará como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem e também como princípio para tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades alcançadas pelos alunos. Para tanto, serão adotadas estratégias como: tarefas contextualizadas, diálogo constante com o aluno, utilização de conhecimentos significativos e esclarecimentos sobre os critérios que serão utilizados nas avaliações. Nesse sentido, o aproveitamento escolar será avaliado através de acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas, partindo dos seguintes princípios:

- ✓ prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;

- ✓ inclusão de tarefas contextualizadas e diversidade de instrumentos avaliativos;
- ✓ manutenção de diálogo permanente com o aluno;
- ✓ utilização funcional do conhecimento;
- ✓ divulgação dos critérios avaliativos, antes da efetivação das atividades;
- ✓ utilização dos mesmos procedimentos de avaliação para todos os alunos;
- ✓ apoio disponível para aqueles que têm dificuldades, ressaltando a recuperação paralela;

- ✓ estratégias cognitivas e metacognitivas como aspectos a serem considerados na correção;
- ✓ correção dos erros mais importantes sob a ótica da construção de conhecimentos, atitudes e habilidades; e
- ✓ relevância conferida às aptidões dos alunos, aos seus conhecimentos prévios e ao domínio atual dos conhecimentos que contribuam para a construção do perfil do futuro egresso.

A frequência às aulas e demais atividades programadas, para os alunos regularmente matriculados, é obrigatória (Art. 47, § 3º, da lei nº 9394/96). A justificativa de faltas só será permitida nos casos previstos em lei.

Compete ao professor elaborar as atividades avaliativas, bem como divulgar os resultados. Será considerado aprovado, ao final de cada semestre, o aluno que, após todo o processo de avaliação, tiver nota final igual ou superior a 60% em cada disciplina cursada e tiver 75% de frequência da carga horária total do período letivo do módulo em que estiver matriculado.

A nota final será composta pela média aritmética simples de duas notas parciais. Cada nota parcial, no valor de cem pontos, deverá ser constituída de no mínimo dois instrumentos avaliativos, cada um no valor máximo de cinquenta pontos.

Aos alunos de menor rendimento, serão oferecidas estratégias de recuperação como a monitoria e o atendimento individualizado do professor. Além disso, os alunos contarão com etapas de recuperações parcial e final. Cada recuperação consistirá de uma prova no valor de cem pontos que versará sobre tópicos já abordados na etapa em questão. Para cômputo de notas parciais e final, prevalecerá sempre a maior pontuação obtida.

Cada recuperação parcial acontecerá durante o período letivo do módulo no qual o aluno estiver matriculado e dentro da carga horária de cada disciplina.

Após a recuperação, caso o aluno ainda apresente aproveitamento insuficiente, terá direito aos Estudos Independentes em até duas disciplinas se possuir frequência igual ou superior a 75% do total da carga horária do período letivo (Resolução 41/2013, Conselho Superior do IFMG). Deverá também apresentar média maior ou igual a quarenta pontos e inferior a sessenta pontos.

Os Estudos Independentes contarão com dois instrumentos avaliativos: um trabalho no valor de vinte pontos e uma prova escrita no valor de oitenta pontos sobre todo o conteúdo da disciplina. A entrega do trabalho e a realização da prova acontecerão em períodos determinados pela Coordenação Adjunta, necessariamente após o encerramento da disciplina. A nota final do aluno na disciplina somente será substituída pela nota obtida nos Estudos Independentes, se esta for maior que aquela e até o limite de sessenta pontos.

Se o aluno obtiver 60% de aproveitamento em todas as disciplinas, mas possuir frequência global inferior a 75% no período letivo será reprovado e excluído do curso. O estudante que for reprovado em duas ou mais disciplinas no módulo em curso estará automaticamente reprovado e não poderá cursar nenhuma disciplina do módulo seguinte.

O aluno reprovado por rendimento em apenas uma disciplina, isto é, possuir aproveitamento entre 40 e 59% e frequência mínima de 75% do total da carga horária do período letivo no módulo em que se encontrar matriculado, será considerado apto à progressão parcial, ou seja, a cursar o módulo seguinte em sistema de dependência. O estudante deverá então solicitar a dispensa das disciplinas em que obteve aprovação a fim de cursar somente a disciplina em que foi reprovado. A possibilidade do estudante efetivamente cursar a disciplina pendente fica condicionada à oferta da mesma em cursos do PRONATEC.

b) Avaliação dos docentes

Semestralmente será realizada uma avaliação, sob a responsabilidade do setor pedagógico, na qual os alunos, gestores e servidores técnico-administrativos serão

solicitados a avaliar os professores. Serão avaliados diversos itens relativos à prática em sala de aula, domínio de conteúdo, formas de avaliação, assiduidade, pontualidade, cumprimento da jornada de trabalho, postura profissional, dentre outros.

Os dados tabulados serão analisados pelo setor pedagógico e disponibilizados aos professores. Quando necessário, ocorrerão intervenções administrativas e pedagógicas para auxiliar o professor em sua prática docente.

c) Avaliação do curso

A avaliação do curso terá por finalidade orientar decisões que visem seu aprimoramento ao analisar as potencialidades e fragilidades do mesmo com vistas a atingir parâmetros de qualidade no processo educacional,

Constituirá objeto de avaliação permanente no curso a consecução dos objetivos propostos no projeto pedagógico, tendo em vista o perfil e as competências do egresso; as instalações e equipamentos disponibilizados a discentes e docentes; a adequação da formação dos docentes às disciplinas por eles ministradas; os índices de reprovação e evasão.

A avaliação do curso será realizada pela equipe pedagógica por meio de reuniões sistemáticas e eventuais ao longo do semestre e deverá observar as sugestões de toda a equipe responsável pela oferta do mesmo, além das críticas e sugestões dos discentes e dos parceiros envolvidos.

Com base nas avaliações realizadas, esse projeto poderá ser modificado, sempre que necessário, a fim de garantir a qualidade do processo educacional.

d) Objetos de avaliação do trabalho docente e do curso

Além dos elementos expostos acima, uma vez por semestre, sob a responsabilidade do setor pedagógico, o Curso Técnico em Gerência de Saúde e seu corpo docente serão avaliados com base nos seguintes objetos:

- plano de ensino;
- projetos orientados pelo docente;
- produtos desenvolvidos sob a orientação do docente;
- autoavaliação docente;

- sugestões e críticas dos discentes; e
- sugestões e críticas dos próprios docentes, equipe pedagógica, demais servidores técnico-administrativos e comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Seção 01. Número 248, 23 de dezembro de 1996.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Seção 01. Número 253, 30 de dezembro de 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. **Orientações para a elaboração e atualização de projetos pedagógicos dos cursos técnicos do IFMG**, Belo Horizonte, nov. de 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. **Regimento de Ensino**, Belo Horizonte, fev. de 2012.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. Resolução nº 6 de 2012, **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Seção 01, 21 de setembro de 2012.

_____. Lei 12.513 de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112513.htm. Acesso em 09 set. 2014.